

Arinos pede a convocação da Constituinte

Juiz de Fora — O jurista Afonso Arinos de Mello Franco, ex-ministro da Justiça, fez em Juiz de Fora, no encerramento do primeiro ciclo de estudos políticos promovido pela Câmara Municipal, a proposta que acredita ser a fórmula para tirar a nação do impasse: em relação à Constituinte o Congresso Nacional aprovaria agora uma resolução, garantindo à próxima legislatura os poderes constituintes, preservada a gestão do presidente da República e mantida toda a atual estrutura do poder. Ao pronunciar a conferência de encerramento do ciclo, Arinos disse que essa sugestão termina com os problemas relacionados com a iniciativa para a convocação da Constituinte, "e minha proposta atende a todos: nem o Congresso nem o presidente da República, muito menos os partidos políticos têm qualquer crítica a fazer, como também as Forças Armadas, considerando-se que o mandato presidencial permanecerá intocável, porque se não fizermos isto o Brasil irá a uma guerra civil".

A garantia de direitos constituintes para a próxima legislatura, feita através da aprovação de uma resolução, tem exemplos na história política de muitos povos, e Arinos citou exemplos sobre "esse instrumento de poder democrático", que ele sugere ser adotado no Brasil.

O ex-ministro da Justiça apontou a adoção do parlamentarismo como a única fórmula capaz de atender a uma reivindicação de

justiça política cada vez maior entre os jovens. "Acho que o parlamentarismo está no subconsciente da juventude", disse ele.

LYRA

Recife — A oposição só deve dialogar em torno de sua proposta permanente e definitiva, que é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, afirmou ontem, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), autor da proposta de diálogo com os militares. Para ele, o "verdadeiro pacto" das oposições com o governo se concretizará na tese da Constituinte.

Ele admite, entretanto, que a oposição proponha algumas medidas de ordem econômica, "para que não venha a se aprofundar a crise e sirva de pretexto aos radicais de direita para um fechamento político". Considerando a tese da Constituinte como "um novo pacto social", o parlamentar pernambucano revelou que, durante a conversa que teve com o vice-presidente Aureliano Chaves, juntamente com o deputado Marcondes Gadelha (PMDB-PB), somente tratou da proposta da Constituinte.

Lembrando que a proposta nasceu em 1971, Fernando Lyra explicou que o diálogo proposto por ele foi em torno dessa mesma tese.

"Minha conversa com Aureliano foi para que ele ouvisse e pudesse transmitir ao governo que só existem duas saídas: a luta armada ou a via pacífica".

A crise fundamental do país é política — diz Lyra —, acrescen-

tando que, "só é possível equacionar e resolver os problemas nacionais através da efetiva participação popular".

Ressaltou, ainda, que quando a oposição dá, algumas vezes, prioridade à luta política, "é porque sabemos que a crise principal é política, embora nunca deixamos de associá-la à questão econômica e social, porque estas são decorrentes das outras".

SAÍDA

O desordenamento da atual legislação eleitoral só seria solucionado com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Foi o que disse, ontem, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), afirmando que aquela seria a saída para os problemas institucionais que tumultuam a vida do país, devido aos longos anos de arbítrio.

Na sua opinião, se até 1982 não for possível a convocação da Constituinte, algumas alterações da legislação eleitoral são indispensáveis, principalmente a revogação da Lei Falcão — que proíbe o acesso de candidatos ao rádio e televisão.

Para o deputado Leorne Belém (PDS-CE), as regras do jogo eleitoral não devem ser alteradas quando os partidos já se acham praticamente em campanha. O representante cearense acha que no atual estágio de consolidação da abertura democrática não existe mais lugar para medidas casuísticas, "muito comuns em passado recente".